

Educação: a sociedade no comando

* 2 ABR 1989
JORNAL DO BRASIL

Continuação da página 1

Aliança Popular e outros ex-franquistas. Ministro da Educação naqueles dias, José Maravall fuzilou: "Os que se opõem à lei orgânica do direito à educação (lode) são os mesmos que concebem a educação apenas como fonte de lucro".

E o que diz o ex-ministro hoje? Segundo Maravall, a educação na Espanha sempre foi um assunto com implicações políticas, especialmente durante o franquismo. "Por ocasião dos trabalhos constitucionais que precederam a carta de 1978", diz ele, "a educação foi o tema mais conflitivo". Ora, na opinião do ex-ministro, os governos de centro que estiveram no poder até 1982 não elaboraram ou aprovaram as leis complementares exigidas pela Constituição no campo da Educação. Elas eram basicamente duas: uma destinada a regular o direito à educação e o financiamento do ensino privado; a outra, regulando o ensino

universitário e a autonomia das universidades.

Quando chegaram ao poder, em 1982, os socialistas apresentaram ao parlamento as duas leis exigidas e que acabaram sendo aprovadas entre 1983 e 1985, apesar de grande resistência por parte dos conservadores. "Eles chegaram mesmo a submeter a Lode ao Tribunal Constitucional que, após dois anos de exame, decidiu-se, afinal, por sua constitucionalidade", explica ele.

Mas em que consistia a nova política educacional e por que provocou tanta resistência? Maravall diz que o ensino privado na Espanha, particularmente o religioso, sempre teve uma nítida predominância sobre o ensino público. A nova legislação pretendia estabelecer um equilíbrio entre ambos. Ele explica: "O Estado, que dava muito dinheiro ao ensino privado religioso, passava a impor condições à concessão desse subsídio. Por exemplo, colégios subsidiados não poderiam mais cobrar mensalidades e teriam que respeitar os

direitos constitucionais de liberdade de consciência e de expressão dos alunos. Além disso, estavam proibidos de praticar qualquer tipo de discriminação na hora da admissão".

A legislação colocava assim em pauta temas relativos ao financiamento do ensino e temas relativos aos princípios constitucionais gerais. Além disso, ampliava-se o acesso à educação: os dados de Maravall revelam que a metade dos colégios que hoje existem em Madrid foram construídos a partir de 1982. Entre 1982 e 1988, o ensino secundário e o ensino superior receberam um contingente suplementar de 750 mil alunos. No mesmo período, o orçamento para a educação foi multiplicado por sete.

Mas a ampliação do acesso ao ensino não bastava. Maravall sustenta que a palavra "democratização" significa duas coisas (que, para ele, não são atendidas pelos governos ditatoriais de direita): 1 — Igualdade de oportunidades, o que implicava no fim da discriminação de acesso às escolas de elite que recebiam fundos públicos; 2 —

Controle social sobre o ensino. Com a Lode, prossegue ele, "foram introduzidas formas de participação através dos conselhos escolares, no qual figuravam pais, professores e alunos. E nos colégios privados que se beneficiavam de fundos públicos, esses conselhos escolares tomariam parte na eleição do diretor".

Também foram criados mecanismos de participação nas universidades: os chamados conselhos sociais passavam a fiscalizar os órgãos de gestão universitária. Contudo, diz Maravall, "as universidades se mantinham autônomas, decidiam o que fazer com suas verbas, recrutavam como bem entendiam seus professores, mas tinham de prestar contas à sociedade". É o binômio da nova Espanha: igualdade de oportunidades e participação da sociedade civil.

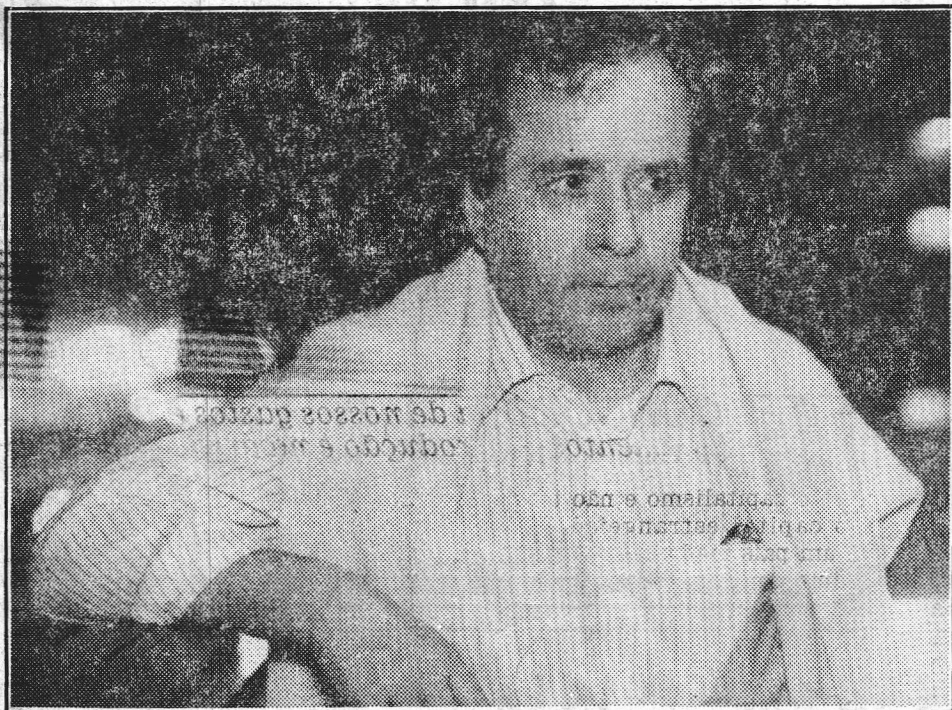
Maravall explica que os colégios privados recebiam simultaneamente do estado e das famílias, o que, do ponto de vista do esta-

do, era uma injustiça: tal situação privilegiava as famílias que podiam pagar impostos e ainda por cima mensalidades. "Debaixo da retórica da liberdade de ensino advogada pela direita", diz o ex-ministro, "havia o desejo de violar os direitos constitucionais de uma parte dos alunos, e de continuar a receber fundos públicos sem qualquer tipo de controle social".

Maravall coloca a questão no quadro mais amplo da luta pela cidadania: "A partir de 1977 e, sobretudo, com a Constituição de 1978, os espanhóis recuperaram as liberdades políticas e tiveram seus direitos fundamentais

regulados. No entanto, a cidadania inclui também direitos sociais e econômicos que não estavam sendo atendidos pelos governos do centro até 1982. Foi a partir dessa data que colocamos em prática uma série de reformas, no campo da saúde, das pensões, da legislação trabalhista, da educação que liquidaram com as velhas discriminações e instauraram o controle social sobre a economia do país".

E a reforma continua: atualmente está sendo debatido um novo capítulo que inclui uma extensão do ensino obrigatório (até os 18 anos) e um reforço da formação profissional. Para José Maria Maravall, "isso é muito importante para um país com sérios problemas de desemprego e também para uma economia que pretende ser competitiva na perspectiva da integração europeia, marcada para 1992". Nesse momento não haverá mais fronteiras para limitar a mobilidade dos europeus. Nesse momento, é importante que os espanhóis tenham formação adequada para não estarem em posição de inferioridade em relação aos seus vizinhos.



José Maria Maravall:
um ministro com a cara da nova Espanha

Educação: a sociedade no comando

Claudio Bojunga

Doutorado pela Universidade de Oxford, catedrático de Sociologia na Universidade Complutense de Madri, membro da comissão executiva do Partido Socialista Espanhol, José Maria Maravall é um homem conciso, direto, simples. Seu rosto jovial briga com a imagem-clichê do "notável", e nenhum dos turistas que transitam apressadamente pelo saguão do seu hotel poderia supor que aquele

jovem, com uma suéter casualmente jogada sobre os ombros, foi ministro da Educação e Ciência da Espanha entre 1982 e 1988. Na verdade, José Maria Maravall tem os traços da moderna Espanha de Felipe González.

Como ministro, esse jovem esteve na linha de frente das reformas que, no início dos anos oitenta, democratizaram seu país. Recapitulemos: em 1984, meio milhão de pessoas saem às ruas de Madri para protestar contra o sistema educacional do governo so-

cialista. Os organizadores da passeata são a Confederação Católica dos Alunos e a Confederação Espanhola dos Centros de Ensino (o sindicato dos proprietários das escolas). A Igreja apóia esses protestos através das pastorais de seus bispos: clama-se contra a "abolição do ensino privado"; exige-se o "direito de livre orientação das escolas". Entre os manifestantes, figuram os líderes conservadores da época, como Manuel Fraga, da

Continua na página 4